



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com



Pesquisa inédita expõe desigualdades sócio-ambientais no DF

O inovador Índice de Sustentabilidade Urbana (ISU) mede 9 indicadores ambientais e trouxe dados que constatam o que já se sabia: as 17 Regiões Administrativas com renda domiciliar mais alta, como o Sudoeste, têm excelentes índices. Já em outras 13, como o Sol Nascente/Por do Sol, com renda baixa, os índices são regulares

O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE-DF) divulgou na semana passada os dados do inovador Índice de Sustentabilidade Ambiental Urbana do DF, também chamado de ISU/DF. A metodologia da pesquisa é inédita e pode ser aplicada em outros municípios do Brasil.

O estudo permite que, por meio de nove indicadores, a sustentabilidade das 35 regiões administrativas (RAs) da capital federal seja medida e avaliada.

Os indicadores considerados são: áreas verdes, área verde em recarga de aquífero, evapotranspiração, consumo de água por habitante, potencial de infiltração, proporção de área com resistência à erosão, temperatura, casos de dengue e pegada de carbono.

O índice também utiliza

dados de satélite e informações oficiais do governo. Todos os resultados são convertidos em uma escala de zero a um, para facilitar a comparação: quanto mais próximo de 1, melhor é a sustentabilidade ambiental da região em relação ao que o indicador mede.

A partir desse estudo, O ISU médio do DF é de 0,72 (para o período estudado de 2019-2022).

Também a partir desse levantamento, é possível verificar que é muito baixa a cobertura vegetal em todo o DF (áreas verdes na ocupação urbana têm média de apenas 0,54 e, por consequência, baixo índice de evapotranspiração (0,56).

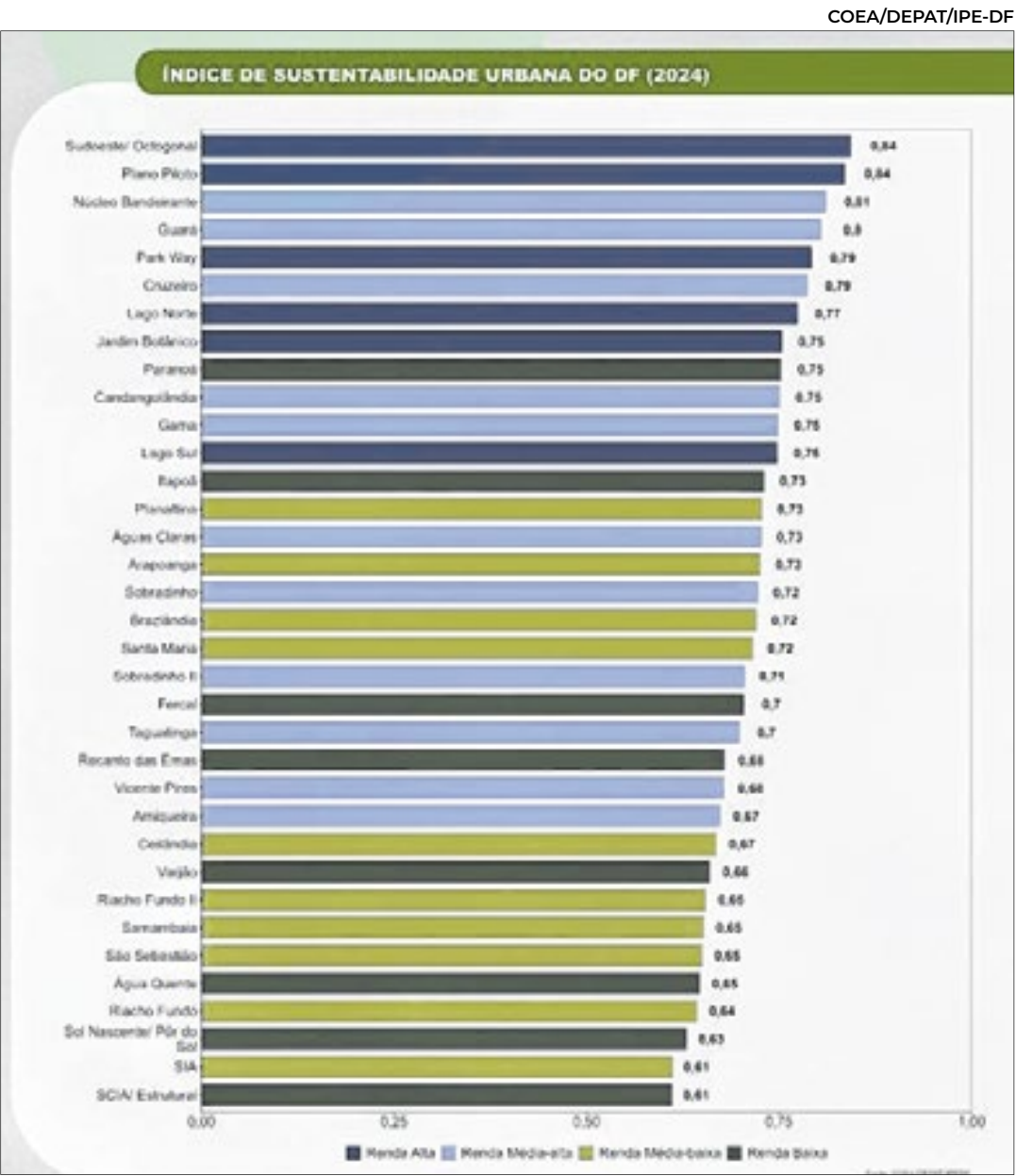
Ranking demonstra extremos

O levantamento apontou as regiões com melhor desem-

penho em sustentabilidade ambiental urbana: Sudoeste/Octogonal e o Plano Piloto aparecem com os maiores índices (0,84). Localizadas no Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), ambas são cidades planejadas: a primeira RA quando Lúcio Costa apresentou o estudo “Brasília Revisitada”, nos anos 1980, e a capital projetada pelo urbanista em 1956.

Logo após aparecem Núcleo Bandeirante e Guará, classificadas com excelente desempenho. Em seguida, vem o Park Way, com uma boa avaliação. Ao todo, 17 regiões do DF são consideradas boas, o que corresponde a mais da metade do território.

Já as duas regiões com piores desempenho, o SCIA/Estrutural (0,61) e o Sol Nascente/Pôr do Sol (0,63), se desenvolveram sem planejamento urbano



O Índice de Sustentabilidade Urbana (ISU) no DF varia de 0,61 a 0,84 entre as diferentes RAs, que inclui ainda leitura pela renda domiciliar

e ambiental. A Estrutural nasceu a partir do antigo “Lixão da Estrutural” e o Sol Nascente é resultado de um parcelamento urbano irregular - que chegou a ganhar o título de segunda maior favela do país.

Índice será medido a cada 4 anos

Por ser um índice atualizado a cada quatro anos, o ponto de partida precisava ser uma data de início da gestão do governo. Os dados apresentados

pelo IPE-DF são referentes a 2022. A ideia é acompanhar a evolução até 2026, observando como as ações do governo e da população impactam a sustentabilidade das RAs ao longo do tempo.

Ibaneis veta proposta da Câmara Legislativa que criava política de arborização urbana no DF

Dois dias antes de a autarquia do próprio GDF divulgar o inédito levantamento sobre a relação entre a distribuição de renda e os índices de sustentabilidade (que incluem a média de área verde por habitante), o governador Ibaneis Rocha (MDB) vetou a proposta aprovada pelos deputados distritais em 24 de junho que criava a Política Distrital de Arborização Urbana e de Combate a Desigualdades Ambientais.

A proposta, do distrital Fábio Felix (PSol), foi aprovada em primeiro turno com 15 votos favoráveis e um contra (de Thiago Manzoni, do PL), e depois em segundo turno por um quórum ainda maior: 17 votos favoráveis, dentre 24 distritais (com o mesmo voto contra do representante do PL).

Na justificativa para o veto, o GDF afirma que a proposta invadiu a competência exclusiva do governo federal, sob o argumento de que a norma trata de direito e responsabilidade civil, competências exclusivas da União. Ou seja, o DF não pode legislar sobre esse assunto.



No Sol Nascente, o índice de sustentabilidade é de 0,61...

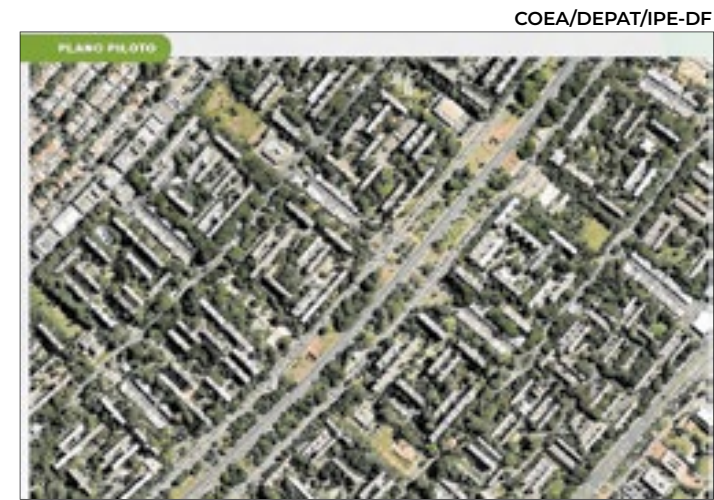
O governador também apontou que o PLC estabelece “hipóteses genéricas” de concessão de incentivos fiscais e não informa a estimativa do impacto orçamentário e financeiro, o que pode ser considerado inconstitucional, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Justificativa criticada

Em suas redes sociais, o autor do projeto, o distrital Fábio Félix afirmou que vai buscar a derrubada do veto na própria Câmara Legislativa do DF. O

parlamentar também criticou a justificativa do governador para derrubar a proposta.

“O governo já tem um programa de plantio de árvores, ele já sabe quanto custa para plantar, quanto custa uma muda, e o que ele vai fazer. E a diretriz do nosso projeto é fazer isso com igualdade. O nosso projeto é sobre justiça ambiental. Ou seja, se for plantar árvore no Sudoeste, tem que plantar na Estrutural. Se for plantar no Lago Sul, tem que plantar no Sol Nascente também”, afirma o deputado.



... já no Plano Piloto, planejado, o índice é de 0,84

Sobre o projeto vetado

O Projeto de Lei Complementar nº 64 de 2025 tinha como objetivo criar a Política Distrital de Arborização Urbana e de Combate a Desigualdades Ambientais. A ideia era diminuir desigualdades ambientais nas regiões administrativas, por meio de uma gestão de arborização mais equitativa.

A política tinha como prioridade ações em áreas com menor índice de arborização. Entre os pontos apresentados, a proposta propunha:

- garantir que toda região administrativa tenha no mínimo 15

metros quadrados de área verde e uma árvore por habitante

- garantir acesso a espaço arborizado a uma distância de até 500 metros de casa para todos os habitantes do DF
- monitorar, anualmente, índice de arborização urbana entre as regiões administrativas
- remover árvores em área pública ou particular somente após autorização de órgão competente

A proposta trouxe como exemplos, quando de sua elaboração, um levantamento sobre o número de árvores plantadas desde 2015 até 2024 em cada re-

gião administrativa, com dados apontados pela Novacap.

Segundo o estudo, no ano passado foram plantadas 7.841 árvores no Plano Piloto e apenas 5 em Água Quente. Outras 780 mudas foram plantadas no Lago Norte e 18 em Santa Maria. Mais 1000 foram plantadas no Park Way e nenhuma em São Sebastião.

Ibaneis prometeu plantar 6 milhões de árvores

Em palestra no evento Brazil Emirates Conference, promovido em abril deste ano pelo Lide, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o governador Ibaneis Rocha afirmou que o Distrito Federal iria ampliar o plantio de novas árvores na cidade.

“A meta é que até o final de 2026 sejam totalizadas seis milhões de árvores plantadas pela Novacap para fazer uma captação de carbono ainda maior e trazer mais qualidade de vida para quem mora ou visita a capital da república”, afirmou Ibaneis.

Novacap troca frutíferas por palmeiras

‘Brasílianas’ pediu à Novacap esclarecimentos pelo fato de o Departamento de Parques e Jardins (DPJ) estar priorizando o plantio de palmeiras pela cidade, em vez de árvores com maior copa e mesmo as frutíferas (como foi feito no passado pelo mesmo DPJ). Vale lembrar que as palmeiras que estão sendo plantadas não são coqueiros, que produzem frutos.

O DPJ confirmou à “Brasílianas” que está plantando essas palmeiras ao longo das vias. “Por se tratar de áreas viárias, requerem uma maior atenção em relação a utilização de espécies, uma vez que, no futuro, podem afetar o trânsito de várias maneiras, como

com o desenvolvimento de raízes que podão vir a levantar o asfalto, causando ondulações perigosas, afetar a visualização, quedas de galhos e frutos sobre a via, entre outros. Desta forma, as palmeiras constituem uma alternativa”, afirmou nota da Novacap.

E afirma, no entanto, que tem plantado outras árvores, mas que, por enquanto, as palmeiras se destacam, pois o porte de plantio é maior do que os das árvores. “Em poucos anos, o conjunto será notado como um todo”, completa.

Segundo a empresa, dentro do Programa de Arborização e ainda contando os plantios por obra direta, foram planta-

das um total de 259.826 mudas, sendo que o número de palmeiras foi de apenas 3.723 desse total. “Muitas dessas são palmeiras nativas e que além do aspecto paisagístico é importante também, na alimentação da fauna urbana”, afirma a nota. “Brasílianas” reforça: palmeira não é coqueiro, e não dá frutos.

Novacap não plantou onde precisava

A Novacap repassou à coluna os mesmos dados sobre o plantios de árvores pelo DF que constam do projeto de lei vetado pelo governador Ibaneis Rocha. Nenhuma árvore foi plantada pelo GDF nos últimos



O número de palmeiras foi de “apenas” 3.723 do total plantado pela Novacap, afirma a empresa

dois anos em Brazlândia, Cruzeiro, São Sebastião, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Varjão, Arniúqueira e no SCIA/Estrutural - justamente o local no DF com menor Índice de Sustentabilidade Ambiental.

Já no Plano Piloto foram 26.756 árvores no mesmo período, além de 3.977 no Lago Sul, 8.551 no Lago Norte e 1.505 no Sudoeste/Octogonal - regiões administrativas que aparecem com o melhor ISU do DF, pois há “sobra

de verde” per capita por habitante.

Segundo a nota, está previsto o plantio de 200 mil novas mudas. Mas repassa responsabilidade sobre os locais que vão receber as árvores à demandas feitas pela população (algo que o projeto de lei vetado corrigia).

Diz a Novacap: “Durante o planejamento, são realizados levantamentos de campo, análise de solicitações da população e consulta a todas as Administrações Regionais, por meio de processo formal, para que haja a indicação de locais de seu interesse e necessidade de plantio. Após, é realizado o procedimento licitatório para execução dos serviços.”